

# INDIANISMO: EVASÃO E PARTICIPAÇÃO NO ROMANTISMO BRASILEIRO

*Tânia Sera*

*O acontecimento da Revolução Francesa produziu na Europa inteira - e no continente americano - uma profunda emoção, extinguindo-se em uma literatura de tipo emocional, que se deu a si mesma o nome de "romantismo"\*. ... E literatura política, mesmo e justamente quando pretende ser apolítica.*

- Otto Maria Carpeaux

Essa afirmação de Otto Maria Carpeaux está em realce neste trabalho justamente para tentar demonstrar que se tem tido uma visão deformada e até mesmo distorcida do papel social e ideológico do Romantismo, sobretudo do nosso. É dentro dessa perspectiva da "literatura de evasão" como manifestação política que deve ser analisado, dentro da escola maior, o Indianismo no Brasil, seja na prosa de ficção, seja na poesia.

Para podermos compreender o fenômeno literário do Indianismo, é necessário voltarmos alguns séculos para trás na História e vir mapeando o desenvolvimento dessa corrente do primeiro Romantismo brasileiro, a fim de podermos verificar sua identidade profunda com o nacionalismo que ocorreu nas primeiras décadas de nossa Independência e que não pode ser eliminado de uma análise sobre aquele período. É necessário, também, termos em mente que há duas correntes de influência paralelas nesse correr dos séculos, a saber: a literatura colonial do tipo exótico-ufanista, principalmente os poemas épicos do Barroco brasileiro (juntamente com sua prima próxima, a literatura de viagem), e a noção filosófica do ameríndio como um Adão em estado de pré-queda, espécie de embasamento teórico para o Americanismo que vai eclodir na França do começo do século XIX. Do ponto de vista político, encontra-se aí uma enorme efervescência em seguida à Revolução Francesa, conforme já disse Carpeaux. É a época do liberalismo, tanto político quanto social, e até mesmo literário: "O Romantismo ... é o ... 'liberalismo em literatura'", diz Victor Hugo em seu prefácio a *Hernani*. É também, e sobretudo, a época em que camadas sociais antes reprimidas aspiram a uma faixa de poder. A burguesia luta por um lugar ao sol, e a ideologia dessa atitude vai refletir-se no movimento romântico, se não lhe for uma das causas.

É essa mesma burguesia que, durante o Renascimento e as grandes descobertas, vai colocar seu olhar "civilizado" sobre os bárbaros das Américas e elegê-los como o ponto de partida para um neobucolismo necessário à nova ideologia financeiramente interessada de uma Europa em rápido processo de urbanização, que irá desembocar na Revolução Industrial e na Revolução Francesa do Século XVIII.

Montaigne, Rousseau e Chateaubriand, cada qual com sua visão particular, forjam o arquétipo do novo Adão paradisíaco, a saber, o índio americano; o *bon sauvage*. O Americanismo de Chateaubriand — e mais tarde o de Cooper — chega-nos num momento em que o olhar dos viajantes mercantilistas já havia registrado o exotismo do ameríndio, a exuberância da natureza tropical, a virgindade e a extensão das terras brasílicas. Nossa épica barroca está cheia de exemplos do ufanismo com que a terra e a gente eram visualizadas pelos poetas. Desde Anchieta já se pode falar de uma visão nativista, ou melhor, indigenista do nosso índio. Por esse caminho seguem Santa Rita Durão, com seu Caramuru, ou Basílio da Gama n'0 Uruguai, e até mesmo Sebastião da Rocha Pita na prosa de seu barroquíssimo *A História da América Portuguesa*.

Fazendo com que as correntes paralelas que influenciaram nosso Indianismo se encontrem, o francês Ferdinand Denis, primeiro em 1824, depois em 1826, publica livros em que fala de uma literatura brasileira. O *Resumo da História Literária do Brasil* (de 1826) é o primeiro documento de história literária mencionando não só uma literatura nossa, como sugerindo que ela poderia ser muito mais viçosa se seguisse o caminho indianista, agora que o país conseguiu uma situação ideal, pois desde 1822 se havia libertado de Portugal. O que vemos acontecer, nessa primeira metade do século XIX, é uma tentativa sistemática de erigir essa independência sobre bases sólidas, isto é, autenticamente nacionais. O nacionalismo será, então, o que dará o tom a todas as manifestações político-culturais no país; "a literatura romântica foi arma de ação política e social desde a independência" (Coutinho, 1976: 169). É também o momento em que vários países da Europa se estão formando como nação, onde antes havia ducados e principados separados, como a Itália e a Alemanha, por exemplo. No Novo Mundo, é quando começam as guerras de Independência, inspiradas na dos Estados Unidos da América no final do século XVIII.

Esse sentimento também chega ao Brasil. É preciso, portanto, "fundar" urgentemente uma literatura brasileira, não mais referida por estrangeiros, mas por filhos da nova terra independente. Se, no entanto, desde a época do Brasil colônia tivemos cantos celebrando as belezas e excelências da terra, estes são mais manifestações nativistas do que nacionalistas. Durante todo o nosso Barroco e Neoclassicismo, a temática

da terra e da gente foi importante, mas vista de um ângulo português: "Enquanto se deixou guiar pela estética neoclássica, a literatura "brasileira" foi, de fato, portuguesa, ... (o chamado "nativismo", ao contrário do que se pensa e afirma, foi manifestação temática, que em nada altera as estruturas mentais dentro das quais ocorria). Mas, ao tornar-se romântica, ... ela tomou consciência de sua brasilidade" (Martins, 1983: 124).

O terreno estando semeado pelas duas correntes — o exotismo ufanista, que possibilita o mito da terra propícia à literatura, e o arquétipo do bon sauvage, que vai desembocar no paradigma do homem perfeito -, elas acabam tocando-se e misturando-se no começo do Primeiro Reinado. Agora, só nos falta uma ideologia própria que, separando-se das matrizes européias, alcance vôo-solo.

Essa manifestação de nacionalismo literário - o nosso Indianismo, que vai, grosso modo, de 1840 a 1860 - foi ideologicamente legitimada por Domingos José Gonçalves de Magalhães no seu interessantíssimo e curioso "Discurso sobre a Literatura do Brasil", publicado na revista Niterói, em Paris (!), no ano de 1836, e que pode ser considerado nosso primeiro manifesto romântico. Nesse ensaio, que deveria servir de introdução a uma história da literatura brasileira, que nunca veio à luz, o futuro Visconde de Araguaia lança as cinco premissas que permitirão ao jovem país criar um fundamento "iútero-ideológico" que lhe possibilitaria executar um programa inovador de cultura, não mais luso, mas euro-brasileiro. Um pouco o que Oswald de Andrade, quase um século depois, vai realizar no nosso Modernismo.

É esse texto de Magalhães que dará à intelligentzia cabocla as razões para a existência de uma literatura e de uma cultura brasileiras. Antônio Soares Amora já apontou, em seu O Romantismo, que essas cinco premissas<sup>^</sup>) possibilitaram a essa peça de lógica quase silogística -mas essencial para que o jovem Brasil adolescente pudesse começar a se afirmar como país adulto, construído por brasileiros para brasileiros - a estruturação do substrato ideológico que faltava em nossa terra.

Nosso Indianismo vem, então, preencher requisitos do exotismo e do nacionalismo literários. Segundo Nelson Werneck Sodré, o fenômeno da idealização do índio, uma das características fundamentais daquela corrente do Romantismo brasileiro como manifestação literária, sobre-

**As cinco premissas são: 1. já se define uma cultura e uma literatura brasileira no século XVI; 2. essa cultura teve seu desenvolvimento prejudicado pelo colonialismo português; 3. a cultura nacional poderia ter recebido aporte muito maior das culturas indígenas, não fora sua quase destruição, 4. a natureza brasileira é propícia ao "gênio" artístico e 5. "com a independência do Brasil, com os estímulos que os brasileiros recebiam de sua natureza e com a recuperação da contribuição indígena - tudo se podia esperar da cultura e da literatura brasileira" (Amora, 1977: 89).**

tudo na poesia, também existe desde o século XVI. Nos capítulos em que trata de Indianismo, na sua ainda bastante pertinente História da Literatura Brasileira, o historiador traça a trajetória da mitificação do aborígine na sociedade branca ocidental até o Século das Luzes, quando aparece a idéia do bon sauvage de Rousseau, seguindo-se a literatura americanista de evasão baseada nos heróis ameríndios de Chateau-briand, como já foi dito anteriormente.

Para o quê o crítico marxista mais chama a atenção do estudioso do Romantismo brasileiro, no entanto, é sobre a importância da "memória popular", de que falou Capistrano de Abreu, como "fontes folclóricas do indianismo":

Os elementos caracterizadores do indianismo ... podem ser alinhados como sendo: o elemento folclórico ...; a influência estrangeira ...; o elemento nati-vista ..., o elemento condicionado pela escravidão, que forçava a exclusão do negro como matéria literária ...; o elemento idiomático ... constituindo a preocupação dos ... escritores indianistas afirmar a autonomia literária não só através do fundo como através da forma"

Dentro de tais caracterizações, o indianismo deu um considerável impulso à literatura brasileira. Fez mais: popularizou-a ... Ao mesmo passo, conjugou, através da popularidade, a tarefa literária e da imprensa ... fornecendo os mais divulgados folhetins da época ... Traduziu, com fidelidade exemplar, no fundo e não na forma, a realidade do país, os condicionamentos de sua estrutura econômica e social. Enriqueceu o temário com os elementos folclóricos em que ancorou as suas manifestações. Deu cunho nacional ao romantismo, que se estiolava em manifestações secundárias, copiando os modelos externos, (pp. 279-280)

A citação, bastante longa, foi necessária para colocar definitivamente o indianismo em seu devido lugar dentro do corpus da literatura brasileira. Essa corrente no Brasil foi, portanto, ao mesmo tempo manifestação especificamente brasileira, no que traz de novidades formais e estruturais à poesia nacional, e importação cultural via Romantismo francês. Outro aspecto fundamental que importa revelar para sua melhor compreensão, do ponto de vista da influência da escola francesa, é a volta a uma Idade Média "inventada" e idealizada como fonte de inspiração temática. Ora, já que o Brasil não viveu um período histórico semelhante ao europeu, nada melhor do que criar um medievo brasileiro, uma ideologia que permitisse a utilização da figura do índio como a do cavaleiro medieval europeu. Nosso herói, no entanto, já seria superior a seu modelo branco, porque nas terras abaixo da linha do equador a miscigenação dos brancos e ameríndios teria gerado uma raça e uma civilização superiores (Não nos esqueçamos que, durante o Roman-

tismo, nossa intelligentzia tinha pretensões a que o Império brasileiro se tornasse um "Quinto Império", terra de tamanho e riquezas tais, que conquistaria até mesmo o velho mundo, se necessário fosse).

José de Alencar, na prosa de ficção, e Gonçalves Dias, na poesia, são os dois maiores representantes do Indianismo. São os Primeiros Cantos, publicados em 1847, que vão popularizar de vez a tendência que outros poetas menores já manipulavam.

O vate maranhense é considerado até hoje como "o poeta nacional" (Martins, 1978: 348). Faz parte do que se convencionou chamar de a Primeira Geração Romântica, ainda com fortes influências da forma clássica, mas já com uma temática que reflete o país a emergir da sombra de Portugal. É ele quem começa oficialmente o Indianismo no Brasil, com a publicação da obra acima mencionada. Toda uma primeira parte é chamada de "Poesias Americanas", e o poeta vai conhecer enorme sucesso, entrando para o círculo restrito dos jovens escritores que frequentavam o exclusivo Paço Imperial, como o próprio Gonçalves de Magalhães e Joaquim de Macedo, por exemplo. O Imperador Pedro II vai até mesmo pedir-lhe que faça alguns estudos etnográficos, a partir do recém-fundado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 1838 -, que resultam, por exemplo, na monografia "Brasil e Oceania", de 1856, curiosíssimo trabalho em que Gonçalves Dias compara os índios brasileiros e os aborígenes australianos, chegando à conclusão de que os nossos são infinitamente "melhores" que os outros, por sua docilidade e pela facilidade com que deixam os hábitos pagãos.

Esse interesse pela etnografia é muito sintomático, pois mostra a enorme curiosidade despertada pela população indígena e seus costumes, embora, nessa época, o genocídio das populações autóctones americanas já estivesse praticamente consumado. Mas é a partir desses dados colhidos que se vai poder criar uma idealização do homem-índio-Adão primitivo, padrão de homem honrado e valente que pode ser, então, comparado ao cavaleiro medieval: "O indianismo de Gonçalves Dias ... é parente do medievismo coimbrão ... As Sextilhas de Frei Antão ... [e] "O Trovador" (poemas medievistas), poder-se-iam considerar pares simétricos d'Os Timbiras, do "I-Juca-Pirama", ... pela redução do índio aos padrões da Cavalaria" (Cândido, 1975: 84).

Esse novo herói será extremamente popular, fornecendo — para o público fluminense e o das províncias o caldo de nacionalidade necessária para unir a grande euforia cívica que se segue à Independência sobretudo no Segundo Reinado, o acréscimo de algo genuinamente nacional: **uma identidade cultural brasileira.**

A aparente evasão, ou até mesmo "alienação", como gostam de se referir alguns críticos mais desavisados, é, portanto, participação efetiva:

"é literatura política, mesmo e justamente quando pretende ser apolítica", como disse Carpeaux. Ao contrário das manifestações nativistas e indigenistas, o Indianismo no Brasil veio preencher um vácuo histórico-cultural, permitindo ao país afirmar sua brasilidade frente ao ávido olhar estrangeiro. O guerreiro tupi de "I-Juca-Pirama" é nosso guerreiro medieval; o homem novo que vai transformar a face aculturada da ex-colônia em sua verdadeira nação, com identidade cultural própria. É com o Romantismo, e sobretudo com sua corrente indianista, que o Brasil vai tornar-se verdadeiramente adulto.

É preciso, então, não pensar no jovem guerreiro tupi do "I-Juca-Pi-rama" como um personagem inverossímil e absurdo. É ele o que a realidade nacional exige em meados do século XIX. Do mesmo modo não se pode pensar Peri e o **best seller** que foi **O Guarani** — sob outra perspectiva senão a da utopia reformista romântica, isto é, o domínio do **dever ser**, ou do **querer ser**. Naquele momento significavam participação, não alienação. O **génie** dos autores tornou-os imortais.

## BIBLIOGRAFIA

- Amora, Antônio Soares. **O Romantismo**. 5. ed. São Paulo, Cultrix, 1977.
- Cândido, Antônio. **Formação da Literatura Brasileira**. Vol. II. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/USP, 1975.
- Carpeaux, Otto Maria. **História da Literatura Ocidental**. Vol. V. 3. ed. Rio de Janeiro, Alhambra, 1987.
- Coutinho, Afrânio, **Introdução à Literatura no Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- Martins, Wilson. **A Crítica Literária no Brasil**. Vol. I. 2. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983.
- História da Inteligência Brasileira**. Vol. I e II. 2. ed. São Paulo, Cultrix, 1978.
- Nunes, Cassiano. "Gonçalves Dias e a Estética do Indianismo", in **Breves Estudos de Literatura Brasileira**. São Paulo, Saraiva, 1969.
- Sodré, Nelson Werneck. **História da Literatura Brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1964.